

TALES FARIA

Jornalista e comentarista de política

Dantas antecipou saída para Pacheco ser eleito ao TCU nesta semana

Um pedido explícito do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Vital do Rêgo, levou o ministro Bruno Dantas a antecipar sua renúncia à Corte para esta segunda-feira, 31. Dantas planejava formalizar a saída dois dias depois, mas Vital disse que a antecipação era necessária para o Senado conseguir aprovar até a quarta-feira, 2, a indicação do senador Rodrigo Pacheco (PSB) como ministro.

Por trás do pedido está o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), que articula para Pacheco ser o único indicado pelos senadores. Ele antecedeu Alcolumbre no comando do Senado e fez campanha pelo seu sucessor. Agora tem seu nome apoiado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), pela base governista no Senado, pelo centrão e por grande parte da oposição.

O TCU é composto por nove ministros, sendo três indicados pelo presidente da República e seis, pelo Congresso Nacional alternando-se entre Câmara e Senado. A vaga de Bruno Dantas cabe aos senadores. Uma vez aprovado no plenário da Casa por maioria absoluta (41 votos), Pacheco terá seu nome enviado à Câmara para nova votação.

Um acordo fechado no encontro do dia 14 no Palácio da Alvorada, entre Alcolumbre, Lula e o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republica-

nos-PB), prevê que a indicação do Senado será rapidamente votada na Câmara. Davi Alcolumbre quer que o nome de Rodrigo Pacheco nem mesmo seja submetido a sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Vá direto a plenário.

A Constituição obriga a realizar sabatinas apenas de indicados pela Presidência da República. Mas, tradicionalmente, os demais ministros da cota do Congresso também passam pela sabatina na CCJ do Senado. Alcolumbre argumenta que, embora o rito ordinário preveja a arguição do candidato, há precedentes de indicações do Congresso levadas diretamente a plenário em regime de urgência.

Se isto ocorrer, Rodrigo Pacheco poderá ter seu nome referendado nas duas Casas até o final desta semana de esforço concentrado.

O senador foi pivô de um rompimento de Lula com Alcolumbre que durou três meses entre o final de abril e o início de agosto. O presidente do Senado queria fazer de Pacheco o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), mas Lula planejava que o senador fosse o seu candidato ao governo de Minas Gerais.

Resultado: o indicado de Lula foi o advogado-geral da União, Jorge Messias, que teve o nome derrubado pelo plenário do Senado. E Rodrigo Pacheco não aceitou se candidatar a governador, mesmo tendo transferido sua filiação partidária do PSD para o PSB.

A reconciliação entre os presidentes da República e do Senado só ocorreu após um almoço promovido pelos ministros Alexandre de Moraes e Cristiano Zanin. Quem não gostou da reconciliação foi a oposição. Daí porque Alcolumbre já está procurando senadores contrários ao governo para convencê-los a poupar Rodrigo Pacheco.

FERNANDO MOLICA

Jornalista e Escritor

Cury contra os Genéricos do Jair

Detectada por duas pesquisas — BTG/Nexus e Atlas/Intel — a ascensão de Augusto Cury (Avante) na disputa pela Presidência ameaça abalar o bloco que poderia ser chamado de Genéricos do Jair.

Formado por Flávio Bolsonaro (PL), Ronaldo Caiado (PSD) e Romeu Zema (Novo), o grupo promete anistia para golpistas e acena com a possibilidade de trazer para o Brasil o modelo autocrático de El Salvador, objetivo também de Renan Santos (Missão) — este, um quase genérico de Pablo Marçal.

As pesquisas Quaest e Datafolha que serão divulgadas nos próximos dias ajudarão a tirar a dúvida sobre o crescimento de Cury. Mas os índices de 11% e 7,8% atribuídos ao médico e escritor de autoajuda mostram que ele merece ser levado a sério. Fora Flávio, foi o primeiro candidato de oposição a ultrapassar a barreira dos 10%.

Os percentuais reforçam a possibilidade de erro da direita tradicional de se deixar sequestrar pelo bolsonarismo ao abrir mão de candidaturas em tese mais viáveis, como a do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas.

Um olhar mais atento à pesquisa BTG/Nexus mostra que Cury encontra uma boa acolhida entre jovens de 16 a 24 anos, tem a preferência de 22% destes. O percentual é compatível com uma boa recepção ao seu discurso de estímulo ao empreendedorismo.

Dono de um patrimônio de R\$ 242 milhões, ele se apresenta como exemplo do esforço pessoal, tema recorrente de livros de autoajuda, publicações que apregoam fórmulas de cresci-

mento individual e que, a julgar por suas gigantescas tiragens, já deveriam ter transformado o Brasil num país de milionários. Precursor dos influenciadores da internet, Cury vende seu passado para os que buscam comprar um passaporte para a fortuna.

Ligado à sua trajetória de operário qualificado e de militante sindical, o presidente Lula (PT) sequer fala em empreendedorismo e insiste no emprego de carteira assinada.

Representante de um clã pendurado em empregos públicos e dono de currículo empresarial adocicado por uma fantástica loja de chocolates, Flávio não chega a ser exemplo para jovens que querem enriquecer com o próprio trabalho. Seu pai e mentor não conseguiu sequer empreender um golpe de Estado. Zema e Caiado enfatizam que trabalharam duro para ficarem ricos, mas ambos foram beneficiados por heranças familiares.

Cury ainda não conseguiu demonstrar um encadeamento lógico de suas propostas, a história de ter mente de direita e coração de esquerda revela, principalmente, uma opção dúbia, escolha de quem tenta ficar bem com os dois lados e que procura mitigar um evidente viés conservador.

Ao levar para seu nome de urna a palavra “escritor”, ele procura reforçar a ideia de superioridade e saber, ainda que tais qualidades estejam ancoradas em platitudes expressas em livros como “Superando o cárcere da emoção” e “Nunca desista de seus sonhos”.

Para uma parcela da população cansada de guerra e pressionada por uma campanha marcada por investigações policiais, a pregação que remete a uma paz idealizada e que ignora conflitos parece fazer sentido e frisa o cansaço com a polarização que divide o país.

EDITORIAL

Entre o algoritmo e a urna eletrônica

A cada eleição, a política se depara com uma nova realidade tecnológica. Se, no passado, rádio, televisão e, depois, os grandes portais de notícia transformaram a maneira de fazer campanha, hoje as redes sociais e a inteligência artificial ocupam papel central na disputa pela atenção do eleitor. São ferramentas poderosas, capazes de aproximar candidatos e cidadãos, ampliar o alcance de propostas e democratizar o acesso ao debate público. Mas, justamente por terem tamanho poder de influência, exigem também responsabilidade, cautela e senso crítico.

O problema começa quando a velocidade da informação passa a valer mais do que a sua veracidade. Nas redes, uma publicação falsa pode alcançar milhares ou milhões de pessoas antes mesmo que alguém tenha tempo de verificar se aquilo é verdade. Com a inteligência artificial, o desafio se torna ainda maior: Vídeos, áudios e imagens podem ser produzidos ou alterados de maneira cada vez mais convincente, criando situações que jamais aconteceram ou colocando na boca de alguém palavras que nunca foram ditas. O eleitor, diante de uma tela, nem sempre consegue distinguir o fato da manipulação.

Há ainda outro risco: acreditar que aquilo que aparece com frequência nas redes representa necessariamente a realidade das ruas. Não representa. Curtidas, compartilhamentos, comentários, visualizações e seguidores são indicadores de alcance e engajamento, mas não equivalem a votos. Um candidato pode ser extremamente popular em determinada plataforma e, ainda assim, não conseguir transformar essa popularidade em apoio nas urnas. Da mesma forma, alguém que tenha pouca presença digital pode possuir uma estrutura política, uma rede de apoiadores e uma força eleitoral que não aparecem nos números das redes.

O algoritmo também tem seu papel nessa distorção. Ao oferecer ao usuário mais conteúdos semelhantes aos que ele já consome, pode criar a impressão de que determinada opinião é majoritária, quando, na verdade, ela apenas se tornou predominante dentro daquela bolha. É possível passar horas navegando por uma realidade digital e sair dela com a sensação de que todo mundo pensa da mesma maneira. A urna, porém, não funciona dentro de uma bolha.

Nada disso significa que redes sociais ou inteligência artificial devam ser vistas como inimigas da democracia. Ao contrário. São instrumentos importantes e, quando utilizados de forma responsável, podem contribuir para uma campanha mais dinâmica, transparente e acessível. O que não se pode é transformar ferramenta em verdade absoluta.

A eleição continua sendo decidida por pessoas reais, com histórias, necessidades, convicções e dúvidas que não cabem integralmente em uma tela. Por isso, quanto maior for o poder da tecnologia, maior deve ser também a disposição para questionar o que ela apresenta. Em tempos de excesso de informação, talvez a atitude mais importante do eleitor seja justamente desacelerar: desconfiar do que parece perfeito, conferir antes de compartilhar e buscar diferentes fontes antes de formar uma convicção. É preciso lembrar que viralização não é sinônimo de verdade, assim como popularidade digital não é sinônimo de vitória eleitoral. A política pode ganhar novas ferramentas, os candidatos podem alcançar públicos que antes pareciam inacessíveis e as campanhas podem se tornar mais dinâmicas, mas nenhuma tecnologia substitui o exercício básico da cidadania: ouvir, comparar, questionar e decidir. No fim, a urna não registra curtidas, seguidores ou visualizações. Registra votos. E entre aquilo que o algoritmo escolhe mostrar e aquilo que o eleitor realmente pensa existe uma distância que nenhuma inteligência artificial deveria ser capaz de apagar.

Correio da Manhã

FUNDADO EM 15 DE JUNHO DE 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) | Paulo Bittencourt (1929-1963) | Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

www.cm.com.br

Publisher

CLÁUDIO MAGNAVITA

redacao@correiodamanha.com.br

REDAÇÃO

Affonso Nunes (editor #cm 2) Gabriela Gallo, Ive Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil

EDITORIA DE ARTE

Coordenação: José Adilson Nunes (projeto gráfico); Diagramação: Anderson Sá, Ricardo Gomes (projeto gráfico) e Thiago Ladeira - Marcos Lima (Gestor de TI)

TELEFONES

(21) 2042 2955 Whatsapp: (21) 97948-0452 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872

RIO DE JANEIRO

Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520 Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

BRASÍLIA

ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Nucleo Bandeirantes Brasília - DF CEP 71736-20

SÃO PAULO

Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP, - CEP 05001-200 Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13026-510

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal